



REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa n.º 942/2024

AUTOR: DEPUTADO CLEITON CARDOSO

ASSUNTO: Dispõe sobre o Programa Estadual de Formação Profissional, Capacitação e Aperfeiçoamento para Educadores Sociais no Estado do Tocantins.

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

De autoria do Deputado Cleiton Cardoso, o Projeto de Lei em epígrafe tem por objetivo instituir Programa Estadual de Formação Profissional, Capacitação e Aperfeiçoamento para Educadores Sociais no Estado do Tocantins, com o objetivo de valorizar e qualificar a atuação desses profissionais em áreas como educação, assistência social, saúde e cultura. O programa contempla cursos, capacitações, formações continuadas e outras ações voltadas ao fortalecimento do trabalho dos educadores sociais.

O Processo foi distribuído a esta relatoria, para análise e elaboração de parecer jurídico (fls.6).

Na condição de relator designado, compete nesta oportunidade, em atendimento às determinações do artigo 46, I, “a” combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno, analisar a proposta quanto aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, bem como a técnica legislativa empregada.

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

É o relatório.

II – ANÁLISE

A propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, não há invasão de competência privativa do Poder Executivo, conforme dispõe o artigo 27, §1º da Constituição do Estado do Tocantins, à exceção do disposto em seus artigos 4º e 5º.

O Projeto insere-se no âmbito da competência comum, uma vez que trata de tema relacionado à educação (art. 23, V da Constituição Federal).

Com efeito, está em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e da educação como direito de todos e dever do Estado (art. 205, CF). Além disso, a legislação educacional vigente confere respaldo à existência e atuação de educadores sociais, ainda que em função não regulamentada.

A instituição de um programa de capacitação e valorização desses profissionais encontra respaldo na legislação infraconstitucional e nas políticas públicas de formação continuada. Entretanto, os artigos 4º e 5º tratam de matéria orçamentária e atribuem obrigações diretas ao Poder Executivo, o que configura vício de iniciativa conforme o art. 27, §1º, da Constituição do Estado do Tocantins. A criação de despesa ou obrigação ao Executivo deve partir de proposta do próprio Chefe do Poder Executivo.

No que diz respeito à regimentalidade, o projeto encontra amparo nas normas regimentais da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, estando em consonância com as atribuições parlamentares e com a competência legislativa estadual em matéria de interesse regional e social. A matéria, de relevante interesse público, não afronta os limites do Regimento Interno da Casa, desde que observadas as balizas da separação dos poderes.

No que tange à boa técnica legislativa, o projeto apresenta redação clara, objetiva e sistemática, atendendo às diretrizes da Lei Complementar nº 95/1998, que trata da elaboração, redação e consolidação das normas. Os artigos estão bem estruturados, com disposições coerentes e de fácil compreensão. A justificativa é pertinente e apresenta base sócio-política e técnica para a proposição.

Diante disso, conclui-se pela viabilidade da proposta legislativa, recomendando-se, todavia, **emendas supressivas aos artigos 4º e 5º**, com o fim de afastar vício de iniciativa.



III – VOTO

Diante do exposto, considerando que a matéria está em conformidade com os princípios da legalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 942/2024, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, com as emendas supressivas **aos artigos 4º e 5º**, com o fim de afastar vício de iniciativa.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 2025

JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100

Assinado de forma digital por JOSE
LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
Dados: 2025.04.15 08:55:02 -03'00'

Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

PROJETO DE LEI Nº 942, DE 2024

Dispõe sobre o Programa Estadual de Formação Profissional, Capacitação e Aperfeiçoamento para Educadores Sociais no Estado do Tocantins

EMENDA SUPRESSIVA Nº /2024

Suprima-se a redação do art. 5º do presente Projeto de Lei, abaixo transcrito, procedendo-se à renumeração do art. 7º para o art. 5º:

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes desta Lei.

JUSTIFICATIVA

A supressão se faz necessária em razão de o artigo referido atribuir obrigação direta ao Poder Executivo, o que configura vício de iniciativa, conforme art. 27, §1º, da Constituição do Estado do Tocantins.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
Assinado de forma digital por
JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
Dados: 2025.04.15 08:53:06 -03'00'

PROFESSOR JÚNIOR GEO

Deputado Estadual



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a)..... *Professor Júnior Geo*, referente ao(a) *P.L.*..... nº *942* / *2024*.....

OBS:.....
.....

Encaminhe-se (a)(ao)..... *Comissão de Finanças, Fiscalização, Tributação e Controle.*.....

Sala das Comissões, *22* de *abril*..... de 2025


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(✓)	Dep. JORGE FREDERICO(✓)
Dep. LEO BARBOSA()	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. CLAUDIA LELIS(✓)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO(✓)
Dep. GUTIERRES TORQUATO()	Dep. GIPÃO()
Dep. MOISEMAR MARINHO(✓)	Dep. MARCUS MARCELO()